

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PROPOSIÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA O SISTEBIB/UFAM

ACCESSIBILITY IN UNIVERSITY LIBRARIES: PROPOSITION OF AN
INSTITUTIONAL POLICY FOR SISTEBIB/UFAM

Rafael Lima Medeiros Ferreira

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil
Doutor em Educação. E-mail: faelmedeiros.br@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6689-0689>

Natasha Lima Medeiros Ferreira

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, São Paulo, SP, Brasil
Mestra em Educação. E-mail: medeirosnatasha1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1370-3253>

Ida Carneiro Martins

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, São Paulo, SP, Brasil
Doutora em Educação. E-mail: <http://lattes.cnpq.br/1316783235568969>
<https://orcid.org/0000-0001-7140-1598>

Roberto Gimenez

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, São Paulo, SP, Brasil
Doutor em Biodinâmica do Movimento Humano. E-mail: roberto.gimenez@unicid.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4953-5941>

Submissão: 10-01-2023

Aceite: 18-11-2024

RESUMO: O presente artigo tem por razão propor recomendações ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB/UFAM), a partir da abordagem racionalista proposta por Leonardo Secchi, autor que abordou a acessibilidade em bibliotecas universitárias, acerca dos parâmetros de acessibilidade, a permanência e o atendimento da pessoa com deficiência considerando os produtos e serviços de informação disponíveis nas Bibliotecas da UFAM, bem como realizar discussões acerca das práticas e posturas inclusivas, pautadas, sobretudo, na quebra das barreiras que marginalizam a pessoa



com deficiência. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados de artigos científicos indexados que versam sobre as temáticas das bibliotecas universitárias e do acesso da pessoa com deficiência a estes ambientes de informação. Desta forma, a construção deste trabalho reuniu a literatura recuperada acerca da importância da construção de espaços acessíveis e inclusivos para a manutenção da dignidade humana e da cidadania no que tange a pessoa com deficiência e seus direitos à inclusão, à acessibilidade e o acesso à informação e à educação.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência. Ensino superior. Acessibilidade e inclusão.

Abstract: This article aims to propose recommendations to the Library System of the Federal University of Amazonas (SISTEBIB/UFAM), based on the rationalist approach proposed by Leonardo Secchi, author who addressed accessibility in university libraries, regarding accessibility parameters, permanence and serving people with disabilities considering the information products and services available in the UFAM Libraries, as well as holding discussions about inclusive practices and attitudes, based, above all, on breaking down the barriers that marginalize people with disabilities. A bibliographical search was carried out in the databases of indexed scientific articles that deal with the themes of university libraries and access for people with disabilities to these information environments. In this way, the construction of this work brought together the literature recovered about the importance of building accessible and inclusive spaces for the maintenance of human dignity and citizenship in relation to people with disabilities and their rights to inclusion, accessibility and access information and education.

KEYWORDS: Disabled person. University education. Accessibility and inclusion.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo propor recomendações de inclusão e acessibilidade para as bibliotecas que compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB/UFAM) sob o prisma da sua função social frente à pessoa com deficiência, para tal, foi adotada como metodologia de pesquisa a abordagem racionalista proposta por Secchi (2016), tendo como sujeitos: o SISTEBIB/UFAM e seus servidores.

Com base no diagnóstico do problema de inacessibilidade do SISTEBIB/UFAM para usuários com deficiência física, cegueira e surdez, foi elaborado um “Relatório de Análise de Políticas Públicas”. Esse relatório apresenta recomendações de soluções, fundamentadas na abordagem racionalista, para auxiliar a gestão do SISTEBIB/UFAM na tomada de decisão sobre a acessibilidade das bibliotecas.

Para Secchi (2016, p. 69), a abordagem “[...] racionalista deve, então, passar por três etapas para ser concluída: gerar alternativas, estabelecer critérios e projetar os resultados.” O relatório a seguir foi estruturado com base no modelo de “Relatório de Análise e Avaliação de Políticas Públicas” encontrado na literatura adotada como base.

Segundo Secchi (2016), a sociedade e seus governantes são capazes de tomar “boas” e “más” decisões. A “boa” decisão é aquela baseada em informações e análises confiáveis e deve ser

capaz de trazer os efeitos esperados para o melhoramento do bem-estar social. Ainda segundo o autor (2016, p. 1), a análise de políticas públicas é:

[...] a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos. A análise de políticas públicas visa melhorar o processo decisório público com o uso de métodos e técnicas de análise de problemas [...] e análise de soluções [...] para auxiliar nas decisões e na estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas.

Para Secchi (2016), uma análise prescritiva deve recomendar uma política pública, e aumentar as chances de uma boa formulação, decisão e de uma futura implementação de ações para a solução do problema público. “O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. [...] A finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema público” (Secchi, 2016, p. 5).

No contexto deste artigo, esta pesquisa pode ser caracterizada como um estudo prescritivo e prospectivo, considerando sua finalidade e método. Segundo Secchi (2016, p. 8, grifo do autor), os estudos prescritivos “estão preocupados em ‘melhorar’ as políticas públicas, ou seja, apontar como elas deveriam ser. Prescrição significa recomendação, orientação, intervenção”. O caráter prospectivo, por sua vez, busca responder à pergunta: “quais políticas públicas podem ser implementadas no futuro?”

A pessoa com deficiência pode minimizar as limitações ou aumentar sua autonomia se tiver à sua disposição ambientes planejados. A mobilidade com autonomia é um direito universal, juntamente com o conceito de cidadania e de acessibilidade, e deve ser aplicada a todo indivíduo, inclusive aos que têm necessidades especiais (Lunaro; Ferreira, 2005).

Segundo Maciel (2000), devemos sempre lembrar que o princípio fundamental de uma sociedade inclusiva é que todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma instituição pública federal de ensino superior, destacando-se como a maior universidade do estado do Amazonas e uma das mais importantes da Região Norte do Brasil. Com uma ampla oferta acadêmica, a UFAM disponibiliza 114 cursos de graduação e 50 programas de pós-graduação *stricto sensu*, atendendo a múltiplas áreas do conhecimento.

O Sistema de Bibliotecas (SISTEBIB) é um órgão suplementar que integra as bibliotecas da UFAM, composto por uma biblioteca central e sete bibliotecas setoriais. O SISTEBIB tem como objetivo alinhar essas bibliotecas às diretrizes educacionais e administrativas da universidade, oferecendo suporte essencial aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Para cumprir essa missão, o sistema conta com o trabalho de 58 servidores dedicados às suas atividades.

Bibliotecas acessíveis para quê(m)?

Na estrutura organizacional das universidades existem órgãos que auxiliam no alcance de seus objetivos, dentre os quais, a biblioteca, neste contexto, a biblioteca universitária, desempenha um papel indispensável, pois atua no tratamento, armazenamento, uso e geração do conhecimento científico e tecnológico.

A biblioteca [universitária] deve ser um espaço de conhecimento, lazer e cultura (Bonesso, Tiepolo, 2013), e para tal, a mesma oferece produtos e serviços de informação a fim de dar suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão. Desta forma, a biblioteca precisa, assim como o professor dentro da sala de aula, estar preparada para atender o usuário com deficiência.

De acordo com Ramos et al. (2014), grandes desafios são exigidos atualmente para que as bibliotecas estejam adaptadas às novas exigências inerentes à globalização, aos avanços tecnológicos e às transformações dos paradigmas econômicos, produtivos e educacionais. Cabe acrescentar aos desafios citados acima: a adequação dos serviços e produtos de informação para atender as necessidades da pessoa com deficiência.

Entende-se por “serviço de informação”, o atendimento de uma demanda, ou seja, satisfazer aos interesses de informação do usuário, na temática que ele vier a procurar, em uma biblioteca. Por “produto de informação” temos algo mais palpável, algo que é construído por meio do uso de informação, como exemplo: os catálogos, os informativos, os guias, entre outros (DUARTE, 2015).

Em exemplos práticos, os produtos e serviços de informação podem ser vistos como: empréstimo domiciliar de obras; disponibilização de obras para consulta local; disponibilização de ambientes (cabines e salas) para estudos individuais e/ou em grupo; levantamentos bibliográficos; confecção de citações e referências; entre outros.

Para Ramos et al. (2014), a principal tarefa da biblioteca é aproximar o livro (entenda-se informação e conhecimento) do leitor, que neste contexto é a pessoa com deficiência, despertando o seu interesse pela leitura e atuando na geração e uso do conhecimento.

Com base no explanado acima, a questão norteadora da pesquisa foi: “como preparar o SISTEBIB/UFAM para atender às demandas por serviços e produtos de informação do usuário com deficiência?”.

Em 06 de julho de 2015 foi publicada no DOU a Lei n. 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que ratifica o acordo assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, durante a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Reis; Mota; Jesus (2017), afirmam que a nova lei surge para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando à inclusão social e a cidadania.

No Brasil, foram gradativas as conquistas obtidas por esta minoria, sendo todo o período que antecedeu ao marco constitucional um período marcado por muitas lutas sociais empreendidas por esta população marginalizada (MIRANDA, 2004).

Recomendações para acessibilidade

A Com base no diagnóstico do problema público realizado no capítulo anterior, a saber: a inacessibilidade do SISTEBIB/UFAM ao usuário com deficiência física, cegueira e surdez, foi elaborado um relatório de análise de políticas públicas que traz consigo recomendações de soluções, a partir da abordagem racionalista, para auxiliar a tomada de decisão por parte da Gestão do SISTEBIB/UFAM quanto à inacessibilidade das bibliotecas.

a) Resumo executivo do Relatório

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira. É a maior universidade do estado do Amazonas e uma das principais da Região Norte do país. A UFAM oferece 114 cursos de graduação e 50 cursos de pós-graduação stricto sensu, divididos em todas as áreas do conhecimento.

O Sistema de Bibliotecas (SISTEBIB) é um órgão suplementar da UFAM e constitui-se de um conjunto de 07 bibliotecas setoriais e 01 biblioteca central, cuja finalidade é integrar estas bibliotecas à política educacional e administrativa da UFAM, servindo de apoio aos seus programas de ensino, pesquisa e extensão. O SISTEBIB/UFAM conta com 58 servidores que o auxiliam no desempenho de suas atividades.

Segundo dados da instituição (UFAM, 2017), o SISTEBIB possui, em números de usuários o quantitativo de 112.754 alunos de graduação, 9.306 alunos de pós-graduação, 2.433 professores e 2.400 técnicos-administrativos. Dentre os alunos de graduação, a Universidade identificou entre os anos de 2013 e 2017, o total de 22 alunos com deficiência física, 11 surdos e 71 cegos (UFAM, 2017), sendo que não foram realizados estes levantamentos para as categorias de alunos de pós-graduação, professores e demais servidores.

Este relatório de análise propõe alternativas para adequar os produtos e serviços de informação ofertados para a pessoa com deficiência física, surdez e cegueira. Serão apresentadas, neste relatório, alternativas para cada uma dessas deficiências buscando-se a solução para o problema público identificado anteriormente.

As alternativas para o alcance da pessoa com deficiência física são:

1. Manutenção do *status quo* (manter inacessível os produtos e serviços de informação aos usuários com deficiência física do SISTEBIB/UFAM);
2. Adequar as bibliotecas que compõe o SISTEBIB/UFAM a partir do que recomenda a Norma Técnica da ABNT 9050/2015.

As alternativas para o alcance da pessoa surda são:

1. Manutenção do *status quo* (manter inacessível os produtos e serviços de informação aos usuários surdos do SISTEBIB/UFAM);
2. Abertura de concurso público para a contratação de, no mínimo, 08 (oito) intérpretes de Libras, 01 (uma) vaga para cada biblioteca que compõe o Sistema;
3. Contratação de, no mínimo, 08 (oitos) estagiários do curso de Letras-Libras da própria Universidade, 01 (uma) vaga para cada biblioteca que compõe o Sistema;
4. Institucionalizar a oferta do curso de Libras Instrumental para, no mínimo, 02 servidores de cada biblioteca que compõe o Sistema.

As alternativas para o alcance da pessoa cega são:

1. Manutenção do *status quo* (manter inacessível os produtos e serviços de informação aos usuários cegos do SISTEBIB/UFAM);
2. Comprar em impressão Braille, no mínimo, 02 exemplares de cada obra disponível no acervo das bibliotecas;

3. Comprar em audiolivro, no mínimo, 02 exemplares de cada obra disponível no acervo das bibliotecas;
4. Comprar, no mínimo, 05 (cinco) unidades de tecnologias assistivas leitoras para cada biblioteca que compõe o Sistema.

Recomenda-se a partir deste relatório, a adequação e acessibilidade das bibliotecas que compõem o SISTEBIB/UFAM para a pessoa com deficiência enquanto usuária, visando a inclusão e o acolhimento da pessoa com deficiência física, surda e cega; a promoção de dignidade humana e a promoção da sensação de bem-estar social.

Em face dos critérios de custo-efetividade e simplicidade de implementação, esse relatório recomenda para o alcance dos usuários com deficiência:

1. Usuário surdo: a institucionalização da oferta do curso de Libras Instrumental para, no mínimo, 02 servidores de cada biblioteca que compõe o Sistema;
2. Usuário cego: a compra de, no mínimo, 05 (cinco) unidades de tecnologias assistivas leitoras para cada biblioteca que compõe o Sistema;
3. Usuário com deficiência física: adequar as bibliotecas às recomendações mínimas estipuladas pela Norma Técnica da ABNT 9050/2015.

As alternativas indicadas para a solução do problema público consideraram o maior benefício social agregado frente aos gastos de recursos públicos a curto, médio e longo prazo e o tempo médio gasto para sua efetiva implementação.

b) Diagnóstico do contexto

b.1) O problema em escala nacional

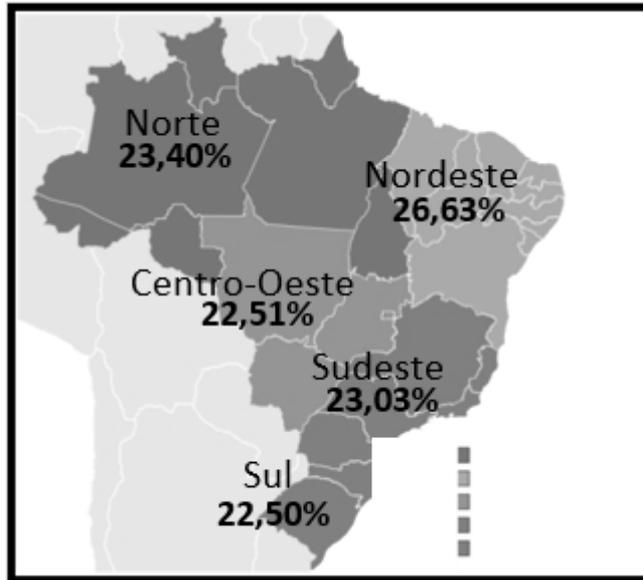
A pessoa com deficiência é abrangida duplamente pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB): a primeira se dá no momento em que são estipulados os direitos básicos a todo cidadão brasileiro, com deficiência ou não, e a segunda, quando a CRFB traz garantias adicionais à pessoa com deficiência. Em seu art. 5º, a CRFB nos apresenta ao princípio da isonomia, onde todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção, (BRASIL, 1988).

Mas apesar de todo cuidado jurídico, o Estado falha em promover igualdade social e de oportunidades, e por isso, a pessoa com deficiência ainda vive em um país, no seu geral, totalmente desigual em relação aos direitos fundamentais. As barreiras que impedem o acesso da pessoa com deficiência aos instrumentos da sociedade trazem consigo a quebra da dignidade e da garantia de direitos.

Existe no Brasil uma legislação específica que ampara a pessoa com deficiência, a Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A lei surgiu a partir da necessidade de se criar marcadores jurídicos para que a pessoa com deficiência alcançasse seus direitos fundamentais.

A partir de dados do IBGE (2012), esta pesquisa traz duas informações adicionais acerca da pessoa com deficiência no Brasil: sua disposição territorial de acordo com a divisão por regiões, e a prevalência de casos nos sexos feminino e masculino.

Figura 1 – Distribuição das pessoas com deficiência em relação ao total de habitantes



Fonte: IBGE, 2012

Agrupados por gênero:

Tabela 1 – Quantificação da população brasileira com deficiência: homens x mulheres

População brasileira com deficiência	45.606.048 habitantes	
	prevalência em homens	prevalência em mulheres
	19.805.367	25.800.681

Fonte: IBGE, 2012

Apesar de todas as garantias estabelecidas por lei, poucas são as unidades educacionais que se encontram habilitadas a receber o aluno com deficiência, quer seja pela falta de estrutura física, quer seja pela falta de capacitação do capital humano. Por exemplo, uma escola é obrigada a realizar a matrícula de um aluno com deficiência por força de lei, mas ele é posto em uma sala de aula padrão, muitas vezes, sob a supervisão de um único professor, em uma sala de aula com, em média, 30 alunos sem deficiência.

Neste sentido, vemos a importância da criação de políticas públicas que além de obrigar, provê meios para a eficácia da lei. Podemos pensar em planos de capacitação na Língua Brasileira de Sinais (Libras), de humanização, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre outras propostas que permitam sensibilizar a sociedade e realmente levar à inclusão de pessoa com deficiência.

Neste sentido, as políticas públicas são ações afirmativas que visam promover o acesso dos cidadãos com deficiência aos instrumentos da sociedade, diminuindo as barreiras que o impedem de fazê-lo por conta própria. Todavia, apesar de possuir uma forte legislação que ampare a pessoa com deficiência, o Brasil ainda necessita dar grandes passos para que haja um estado de bem-estar social em relação a esta temática, infelizmente, apenas a criação de leis não garante que o acesso de todos ao todo.

Cabe ao Estado regulamentar, conscientizar a sociedade e fazer cumprir a legislação. Há a necessidade de mais investimentos públicos para a promoção da eficácia da lei. No contexto das bibliotecas, deve-se investir na capacitação de todos os agentes envolvidos no processo, bem como investir em tecnologias assistivas que sejam acessíveis à pessoa com deficiência.

Apesar, da Libras existir como uma língua oficial, poucas são as escolas de não-surdos que a trazem em seu currículo. A universalização da Libras seria uma maneira eficaz de diminuir barreiras para a pessoa surda, mas infelizmente, o Estado parece não se importar com a efetiva operacionalização disso. A ideia central é promover autonomia à pessoa com deficiência.

O IBGE (2012) realizou um levantamento estatístico do nível de instrução da pessoa com deficiência no Brasil, por região, com mais de 15 anos.

Tabela 2 – Nível de instrução da pessoa com deficiência brasileira por regiões

Região	Nível de instrução em %				
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Norte	61,9	14,0	18,4	5,4	0,4
Nordeste	67,7	12,3	15,7	4,0	0,3
Sudeste	56,2	15,5	19,4	8,5	0,5
Sul	62,6	14,4	16,0	6,8	0,2
Centro-Oeste	58,4	14,3	18,7	8,2	0,4

Fonte: IBGE, 2012

Os dados acima reforçam que a educação brasileira carece de mudanças para promover a efetiva inclusão e acessibilidade. É visível que, em todas as regiões, mais da metade da população com deficiência possui o mais baixo nível de instrução formal, e conforme se aumenta o nível de instrução, percebe-se o aumento da dificuldade de acesso do deficiente a ele.

A educação, conhecimento e cultura são fatores primordiais para a obtenção de qualidade de vida, pois impactam diretamente na obtenção de empregos e salários dignos.

c) Definição do problema

Adequação das bibliotecas que compõe o SISTEBIB/UFAM para os usuários com deficiência física, surdez e cegueira.

d) Definição do objetivo da política pública

Promover o pleno acesso das pessoas com deficiência física, surdez e cegueira às bibliotecas do SISTEBIB/UFAM, a fim de que possam usufruir de tudo que a Universidade proporciona em apoio à pesquisa, ensino e extensão.

e) Árvore do problema

Quadro 3 – Árvore do problema

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
<p>Não utilização/conhecimento da Libras no âmbito do SISTEBIB/UFAM;</p> <p>Descaso por parte dos dirigentes da UFAM e do SISTEBIB/UFAM;</p> <p>Falta de livros em formato acessível (Braille e/ou Audiolivros) e/ou disponibilização de tecnologias assistivas leitoras;</p> <p>Espaço físico inseguro e não adequado às necessidades específicas da pessoa com deficiência física.</p>	<p>Bibliotecas universitárias inacessíveis para a pessoa com deficiência física, surdez e cegueira.</p>	<p>Sentimento de não-pertencimento por parte da pessoa com deficiência;</p> <p>Exclusão social da pessoa com deficiência;</p> <p>Não acesso às bibliotecas que compõe o SISTEBIB/UFAM;</p> <p>Criação de barreiras que impedem a progressão das pessoas com deficiência física, surdez e cegueira enquanto membro da sociedade.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

f) Aspecto jurídico-legal

Há uma ampla legislação que ampara a pessoa com deficiência e busca a promoção da cidadania e igualdade de oportunidades entre os membros do Estado conforme foi visto no Quadro 2.

g) Análise política

Os maiores entraves encontram-se no fator do quadro de profissionais ser insuficiente para o atendimento desta demanda e no momento de crise na economia nacional uma vez que as mudanças necessárias onerariam os cofres públicos. Além disso, verifica-se a não valorização das bibliotecas enquanto aporte para o ensino, pesquisa e extensão de acesso amplo e irrestrito.

h) Análise das soluções

h.1) Os critérios indicadores para orientação da decisão

Serão expostas aqui as alternativas para a implementação de uma política pública, voltada à promoção de acessibilidade e acolhimento da pessoa com deficiência física, surdez e cegueira pelo SISTEBIB/UFAM, ocasionando a diminuição de barreiras que impedem o pleno acesso aos instrumentos que a Universidade disponibiliza.

h.1.1) Custo-efetividade

Segundo Secchi (2016), a relação custo-efetividade refere-se à relação entre os custos de implementação do programa e os resultados esperados. Considerados os custos das soluções aqui indicadas, devem ser escolhidas as mais viáveis consideradas as relações custo-efetividade.

h.2) Alternativas de soluções

h.2.1) Solução 1: usuário com deficiência física: Norma Técnica da ABNT 9050/2015

A solução proposta diz respeito à adequação dos aspectos físico-espaciais das bibliotecas que compõe o SISTEBIB/UFAM conforme recomenda a Norma Técnica da ABNT 9050/2015. Segundo a ABNT (2015), para que sejam considerados acessíveis, todos os espaços, devem atender o que dispõe esta Norma.

Para que a pessoa com deficiência física tenha um ambiente seguro e preparado para sua locomoção, a ABNT (2015) estipula que a distância mínima entre as estantes seja de 0,90 metros, e que a cada 15 metros de estantes haja espaços para manobra. Ainda sobre a área de manobra [para cadeiras de rodas], a NR considera um círculo com diâmetro de 1,50 metros a dimensão adequada para que seja realizada uma rotação de 360°.

Acerca da altura máxima recomendada para estantes/prateleiras, a ABNT (2015) considera que a dimensão apropriada para alcance lateral pela pessoa em cadeira de rodas esteja entre 1,35 e 1,40 metros. Para ambientes que possuem mais de um andar, a norma oferece 03 (três) soluções: rampas de acesso (p. 58), elevador vertical (p. 67) e/ou plataforma de elevação inclinada (p. 69).

Quanto ao balcão acessível para atendimento (p. 117), a ABNT (2015) estipula que o mobiliário possua uma superfície com largura mínima de 0,90 metros e altura entre 0,75 a 0,85 metros a partir do chão, devendo ser assegurada uma largura mínima sob a superfície do balcão de 0,80 metros para que seja possível uma aproximação frontal.

h.2.2) Solução 1: usuário surdo: concurso público para Intérpretes de Libras

Esta solução diz respeito à captação de, no mínimo, 08 (oito) vagas junto ao Governo Federal para abertura de concurso público para o cargo de Intérprete de Libras. Caso a

Universidade consiga as vagas necessárias junto ao Governo Federal, o tempo médio necessário para o lançamento do edital, confecção de provas, homologação de resultados, possíveis recursos, nomeação e posse, seria de no mínimo 01 (um) ano.

Considerando o salário inicial dos cargos de nível médio de R\$ 2.446,96, esta solução despenderia dos cofres públicos o total de R\$ 234.908,16 anualmente, levando em conta os 08 (oito) novos servidores, sem incluir: férias, 13º salário e demais benefícios.

h.2.3) Solução 2: usuário surdo: contratação de estagiários do curso de Letras-Libras

Esta solução diz respeito à contratação de, no mínimo, 08 (oito) estagiários do curso de Letras-Libras da própria Universidade. O “Bolsa Trabalho” é um programa institucional da Universidade que contrata alunos de graduação, por 20h semanais, para estagiarem nos setores da instituição. Cada estagiário do “Bolsa Trabalho” recebe o valor de R\$ 424,50. Esta solução despenderia dos cofres públicos o total de R\$ 40.752,00 anualmente.

h.2.4) Solução 3: usuário surdo: capacitação dos servidores do SISTEBIB/UFAM

Esta solução diz respeito à oferta de cursos de capacitação em Libras para os servidores do SISTEBIB/UFAM. Estes cursos seriam ofertados pelos professores do curso de Letras-Libras para os Bibliotecários-Documentalistas. Esta solução não demandaria recursos monetários, demandaria apenas a diminuição da jornada de trabalho de todos os envolvidos, professores e alunos, durante sua realização.

h.2.5) Solução 1: usuário cego: aquisição de obras em formato Braille

Esta solução diz respeito à compra de, no mínimo, 02 (dois) exemplares de cada obra disponível nas bibliotecas com impressão em formato Braille. O quantitativo mínimo de 02 (dois) é devido à necessidade de se ter 01 (um) exemplar para empréstimo e 01 (um) exemplar disponível nas bibliotecas como “obra de consulta local”, ou seja, aquela obra que não pode ser emprestada (sair da biblioteca).

A quantidade de títulos no acervo do SISTEBIB/UFAM, hoje, é de 114.669 títulos. Inicialmente não se pode mensurar o valor total gasto com essa solução visto que os preços dos livros variam de acordo com o mercado. Em relação ao tempo necessário para implementação desta solução, o período médio para abertura de licitação, pregão eletrônico, abertura de empenho e entrega do material pelos fornecedores, pode chegar a 02 (dois) anos.

h.2.6) Solução 2: usuário cego: aquisição de audiolivros

Esta solução diz respeito à compra de, no mínimo, 02 (dois) exemplares de cada obra disponível nas bibliotecas em audiolivro. O quantitativo mínimo de 02 (dois) é devido à necessidade de se ter 01 (um) exemplar para empréstimo e 01 (um) exemplar disponível nas

bibliotecas como “obra de consulta local”, ou seja, aquela obra que não pode ser emprestada (sair da biblioteca).

Caso esta solução seja escolhida, deverão também ser adquiridos, no mínimo, 05 (cinco) aparelhos para reprodução das obras em formato áudio para cada biblioteca, totalizando 40 (quarenta) unidades.

h.2.7) Solução 3: usuário cego: aquisição de tecnologia leitora

Esta solução diz respeito à compra de, no mínimo, 05 (cinco) “óculos leitores” para cada biblioteca do SISTEBIB/UFAM. Cada unidade dos “óculos leitor” custa em média R\$ 15.000,00. O “óculos leitor” é uma tecnologia assistiva que realiza a “leitura” de livros comuns para pessoas com deficiências visuais em qualquer nível e grau.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi propor recomendações de acessibilidade para o SISTEBIB/UFAM, a partir do modelo racionalista para elaboração de políticas públicas proposto por Secchi, e busca a efetiva resolução do problema público de inacessibilidade das bibliotecas que compõem o SISTEBIB/UFAM para usuários com deficiência física, surdez e cegueira e o tempo necessário para implementação da ação.

Como conclusão, recomenda-se que sejam adotadas as seguintes soluções: para usuários com deficiência física: adequação das bibliotecas ao que recomenda a NR 9050/2015; para usuários surdos: oferta de curso de capacitação em Libras para os servidores do SISTEBIB/UFAM; e para usuários cegos: compra da tecnologia assistiva, “óculos leitor”.

A NR 9050/2015 é uma Norma Técnica que estabelece padrões de acessibilidade para ambientes físicos. Este documento institui critérios e parâmetros técnicos para que os equipamentos urbanos sejam considerados acessíveis. A NR 9050/2015 visa promover a utilização [dos espaços das bibliotecas] de maneira autônoma, independente e segura do ambiente. Para os parâmetros técnicos foram considerados as condições de mobilidade e de percepção do ambiente (ABNT, 2015).

Sobre as soluções voltadas para o usuário surdo e tendo como base o critério custo-efetividade, a solução que prevê a contratação de Intérpretes de Libras, por meio de concurso público, é a opção mais onerosa para o Governo Federal, o que a torna a mais difícil de ser selecionada, pois seria considerada inviável neste momento de “congelamentos de gatos”.

Em relação à segunda solução, que prevê a contratação de estagiários do curso de Letras-Libras da própria Universidade, esta opção só seria eficaz pela parte da manhã e noite, pois o curso de Letras-Libras é ofertado em horário vespertino, ou seja, neste momento nenhum estagiário estaria presente na biblioteca, pois estaria em sala de aula, ou seja, esta solução seria eficaz para apenas 2/3 do problema.

Neste contexto, a terceira solução se mostra mais efetiva, pois trata da capacitação dos servidores efetivos do SISTEBIB/UFAM. Esta solução não representaria novos gastos para o Governo Federal uma vez que o curso seria ministrado pelos Intérpretes de Libras de outros setores da UFAM. O quantitativo de no mínimo 02 (dois) servidores capacitados por biblioteca

se dá devido às férias e/ou um possível afastamento por motivo de saúde. Havendo 02 (dois) servidores capacitados, por cada biblioteca, para o uso da Libras, um “cobriria” o outro nos casos mencionados acima. Esta solução pode ainda ser ampliada até que 100% dos servidores do SISTEBIB/UFAM estejam capacitados em Libras.

Em relação às soluções voltadas para o atendimento do usuário cego, as opções de aquisição de livros em Braille e audiolivros tornam-se inviáveis pelos seguintes motivos: existem obras no acervo que são edições esgotadas, desta forma, não se conseguiria [re]comprar 100% dos livros nesse formato acessível.

Essas soluções, caso fossem escolhidas, nunca seriam efetivas (extinção da política pública), pois o SISTEBIB/UFAM precisa sempre estar atualizando seu acervo, ou seja, sempre seria necessário comprar a versão comum (livro impresso convencional) e a versão em formato acessível. Partindo deste princípio, apesar da terceira solução se mostrar mais onerosa à primeira vista devido ao preço elevado da tecnologia assistiva, o “óculos leitor” serviria tanto para os livros que já fazem parte do acervo do SISTEBIB/UFAM quanto para os que forem incorporados futuramente. Em longo prazo, esta solução se tornaria a de menor custo.

As bibliotecas são um suporte para o processo de ensino-aprendizado das instituições de ensino. Desta forma, são de suma importância para a comunidade acadêmica, e devem estar preparadas para atender às demandas por informação de todos. Assim sendo, a biblioteca deve estar preparada para atender as idiossincrasias que são peculiares às pessoas com deficiência.

As recomendações aqui sugeridas buscam promover autonomia e dignidade, autonomia para consumir informação e dignidade por acessar um ambiente que o acolha de braços abertos sem os empecilhos que possam impedi-lo de utilizar os produtos e serviços de informação ofertados pelo SISTEBIB/UFAM.

Caso as recomendações aqui listadas e destacadas sejam implementadas pelo SISTEBIB/UFAM, acredita-se que as barreiras hoje existentes entre as bibliotecas e a pessoa com deficiência sejam minimizadas. Desta forma, o usuário com deficiência terá pleno acesso às bibliotecas, adquirindo autonomia para a utilização e geração do conhecimento.

Os resultados do presente estudo têm suas limitações, não se pretendendo “esgotar o tema” nem com os dados obtidos, nem com as soluções propostas. Por outro lado, os resultados são entendidos pelo proponente como tendo alto potencial de enfrentamento dos problemas ora presentes no SISTEBIB/UFAM no que tange a pessoa com deficiência.

Referências

- AMIRALIAN, M. L. T. M. Desmistificando a inclusão. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: **Revista do Ministério Público do Trabalho**. ano 11, n. 21, p. 160-173, mar 2001.
- BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12. ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. **Portaria Federal n. 3.284/2003**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=1015. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília: PR, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5296.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/CNEDH, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília: PR, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

CARVALHO, R. E. Experiências de assessoramento a sistemas educativos governamentais na transição para a proposta inclusiva. Movimento: **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 7, p. 39-59, maio, 2003.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.26, p. 19-30, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed; Bookman, 2007.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. In: **Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade**. São Paulo, USP: 2006.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 nov. 2024.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FONTE, Nilce Nazareno da. **Pesquisa científica: o que é e como se faz**. Curitiba, PR: UFPR, 2004.

GARCIA, J. C. D.; GALVÃO FILHO, T. A. **Pesquisa nacional de tecnologia assistiva**. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012.

GOFFMAN, Irving. **Estigma: notas sobre a identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

KASSAR, M. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais**. Campinas: Papirus, 1995.

LOPES, Maria Almerinda Matos; BYER, Hugo Otto. **Exclusão social, diversidade e educação inclusiva**: um diálogo entre a teoria e a prática docente dos professores da rede pública municipal de Manaus. Manaus: Editora Nilton Lins, 2006.

LUNARO, Adriana; FERREIRA, Marcos Antônio Garcia. Os espaços públicos e a questão da acessibilidade. **Ciência & Engenharia (Science & Engineering Journal)**, v. 15, n. 2, p. 67-72, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cieng/article/view/547/2691>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar**: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. Brasília: MEC, 2006.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n. 25, p. 37-47, 2005.

OLIVER, Michael. **The politics of disablement**. London: MacMillan, 1990.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. O Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n. 27, p. 151-170, 2006.

PANSINI, Flávia; MATOS, Maria Almerinda de Souza. **A escola pública frente o estudante com deficiência**: de qual “inclusão” estamos falando?. Manaus, Editora Vitória, 2015.

RESENDE, Alice Almeida Chaves de; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do estado de São Paulo: dissonâncias. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 3, p. 411-424, jul./set., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n3/08.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25849/1/A_Escola_Comum_Inclusiva.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência?. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano 1, n. 1, 1. sem, 2003, p. 8-11.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

STELLI, Maria Norma Magalhães. Política de formação continuada de professores: possibilidades para uma prática inclusiva. In: MATOS, Maria Almerinda de Souza (org.). **Educação especial, políticas públicas e inclusão**: desafios da prática e contribuições da pesquisa do NEPPD/FACED/UFAM. Manaus: Ed. Vitória, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAITSMAN, J. **Desigualdades sociais e duas formas de particularismo na sociedade brasileira**. Cad. Saude Publica, v.18, supl., p.37-46, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Wcw5Ac>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5th. ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.